

VOZES DE MULHERES INDÍGENAS NA LITERATURA:

Resistência, sol e retomada - Relato de prática docente

VOICES OF INDIGENOUS WOMEN IN LITERATURE:

Resistance, sun, and retaking - A Report on Teaching Practice



Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras - Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 14/07/2025

Aprovação do trabalho: 06/8/2026

Publicação do trabalho: 19/10/2026

Leidiane Leite Nascimento  

leidiane.leitte@hotmail.com

Universidade Federal de Roraima

COMO CITAR

LEITE NASCIMENTO, Leidiane. VOZES DE MULHERES INDÍGENAS NA LITERATURA: Resistência, sol e retomada - Relato de prática docente. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 79-90, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1060>.

Resumo

O presente artigo situa-se no campo dos estudos literários e das práticas pedagógicas decoloniais, com foco na inserção da literatura indígena no currículo da educação básica. A partir de uma experiência docente realizada em uma escola pública da cidade de Boa Vista (RR), discute-se a disciplina **Vozes de mulheres indígenas na literatura: resistência, sol e retomada**, desenvolvida com turmas do Ensino Médio ao longo de um semestre letivo. A proposta da eletiva teve como objetivo central criar um espaço de escuta e valorização das vozes de mulheres indígenas da Amazônia, tensionando o olhar hegemônico sobre o cânone e promovendo o reconhecimento de saberes tradicionalmente excluídos dos processos de ensino-aprendizagem. O percurso metodológico incluiu rodas de leitura, análise crítica de textos literários, oficinas de reescrita criativa e culminância em uma exposição poética coletiva. Foram selecionadas as obras das autoras indígenas Sony Ferseck e Trudruá Dorrico, cujas produções literárias abordam questões de identidade, território, ancestralidade e resistência. Os resultados da experiência revelaram maior engajamento dos estudantes com a leitura, ampliação do repertório cultural e fortalecimento de vínculos com suas próprias trajetórias e pertencimentos. Além disso, o projeto demonstrou o potencial da literatura como ferramenta de emancipação simbólica, permitindo que os alunos se reconhecessem como sujeitos históricos e produtores de sentidos. Conclui-se que a inserção da literatura indígena no contexto escolar, sobretudo em regiões amazônicas, contribui de modo significativo para a formação de uma educação crítica, intercultural e anticolonial, promovendo justiça cognitiva e equidade curricular. A escuta dessas vozes, mais do que um gesto pedagógico, configura-se como um ato político de retomada, que resiste aos apagamentos históricos e celebra a pluralidade de mundos.

Palavras-chave: Literatura indígena; ensino de literatura; decolonialidade; educação básica.

Abstract:

This article is situated within the field of literary studies and decolonial pedagogical practices, focusing on the inclusion of Indigenous literature in the basic education curriculum. Drawing from a teaching experience carried out in a public school in the city of Boa Vista (Roraima, Brazil), it discusses the elective course **Voices of Amazonian Women in Literature: Resistance, Sun, and Retaking**, developed with high school students over the course of one academic semester. The main objective of the elective was to create a space for listening to and valuing the voices of Indigenous women from the Amazon, challenging the hegemonic gaze over the literary canon and promoting the recognition of knowledge systems traditionally excluded from educational processes. The methodological approach included reading circles, critical literary analysis, creative rewriting workshops, and a culminating poetic exhibition created collectively by the students. The selected works by Indigenous authors Sony Ferseck and Trudruá Dorrico address issues related to identity, territory, ancestry, and resistance. The results of the

experience revealed a greater engagement of students with reading, an expansion of their cultural repertoire, and a strengthening of their connection with their own histories and senses of belonging. Furthermore, the project demonstrated the potential of literature as a tool for symbolic emancipation, enabling students to recognize themselves as historical subjects and meaning-makers. It is concluded that the integration of Indigenous literature into the school context – especially in Amazonian regions – contributes significantly to the development of a critical, intercultural, and anti-colonial education, promoting cognitive justice and curricular equity. Listening to these voices, more than a pedagogical gesture, constitutes a political act of retaking that resists historical erasures and celebrates the plurality of worlds.

Keywords: Indigenous literature; literature teaching; decoloniality; basic education.

Introdução

Nas últimas décadas, os debates em torno da necessidade de descentralizar o cânone literário e promover uma educação decolonial têm ganhado força nos espaços acadêmicos e escolares. Em contextos como o da Amazônia brasileira – território historicamente silenciado nas narrativas hegemônicas e marcado pela pluralidade étnica e cultural –, tais discussões adquirem contornos ainda mais urgentes. Nesse cenário, torna-se imprescindível repensar o ensino de literatura à luz de uma perspectiva que reconheça e valorize as vozes de sujeitos historicamente subalternizados, especialmente as mulheres indígenas.

Um marco simbólico e político nesse processo de reposicionamento das vozes indígenas no campo literário é a publicação de **Antes o mundo não existia** (1996), obra de autoria dos escritores Umusin Panlon Kumu e Tolaman Kenhiri, do povo Desâna. Considerado o primeiro livro escrito por indígenas no Brasil, o texto traz a cosmovisão de seu povo a partir de narrativas míticas transmitidas oralmente por gerações. A importância dessa obra transcende sua condição inaugural: ela desafia os parâmetros ocidentais de autoria, linearidade e gênero literário, ao inscrever na escrita uma memória coletiva sustentada pela oralidade e pela relação espiritual com o mundo. Ao ser produzido em diálogo com a tradição oral e publicado em língua portuguesa, o livro destaca os conflitos e possibilidades do trânsito entre mundos, colocando em xeque a ideia de literatura como domínio exclusivo da cultura letrada ocidental.

Nesse sentido, a inclusão de obras de autoria indígena no currículo escolar não deve ser vista como simples ampliação do repertório, mas como gesto político de deslocamento epistêmico. Reconhecer essas produções como legítimas formas de conhecimento é também desconstruir a lógica colonial que historicamente silenciou saberes outros e impôs uma ideia única de literatura.

Assim, a disciplina **Vozes de mulheres indígenas na literatura: resistência, sol e retomada**, desenvolvida na Escola Estadual Professora Maria das Dores Brasil, surge como uma resposta pedagógica a esse desafio, alinhando-se às diretrizes das Leis nº 11.645/2008 e nº 14.986/2024, que instituem a obrigatoriedade da abordagem das culturas afro-brasileira, indígena e da participação das mulheres na formação da história nacional.

A proposta da eletiva foi concebida a partir da escuta atenta da realidade da escola, situada em Boa Vista – RR, em um território de fronteira onde coexistem estudantes brasileiros, imigrantes

e indígenas, em sua maioria oriundos do povo Warao¹. Em um ambiente escolar atravessado pela diversidade linguística e cultural, observou-se a ausência de representatividade das vozes indígenas – e, mais especificamente, das mulheres indígenas – nos materiais didáticos utilizados nas aulas de literatura. Tal ausência não é isolada, mas reflete uma lacuna mais ampla nas práticas pedagógicas que, em geral, continuam a reproduzir modelos de ensino centrados em autores consagrados pela crítica nacional, quase sempre homens brancos, urbanos e sulistas.

Nesse contexto, a eletiva buscou introduzir novas vozes no repertório literário dos estudantes e assim, provocar deslocamentos epistemológicos que permitissem uma reconfiguração dos modos de leitura e compreensão da literatura brasileira. Autoras como Trudruá Dorrico², com as obras **Tempo de retomada** (2023) e **Sou Macuxi e outras histórias** (2019), e Sony Ferseck³, com **Weiyama: mulheres que fazem sol** (2022), foram escolhidas por seu compromisso ético-estético com a valorização da ancestralidade, da oralidade, do território e da resistência feminina no contexto amazônico. As atividades desenvolvidas na eletiva – rodas de leitura, releituras poéticas, seminários e culminâncias artísticas – proporcionaram aos estudantes o contato com esses textos e a oportunidade de experimentar a literatura como espaço de construção de identidade e resistência.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a experiência foi inspirada nos pressupostos da pedagogia crítica e decolonial, especialmente a partir das contribuições de bell hooks (2013), escritora, intelectual feminista e professora norte-americana que se destacou por sua atuação nos campos da educação, da crítica cultural e dos estudos de gênero e raça. Nascida Gloria Jean Watkins, adotou o nome bell hooks em homenagem à sua bisavó e o escreveu sempre em letras minúsculas para destacar o conteúdo de sua obra acima da autoria individual. Em seus textos, hooks defende uma prática educativa comprometida com a liberdade, o engajamento e a transformação social, reconhecendo a sala de aula como um espaço político e potencialmente libertador. Para a autora, ensinar é um ato de resistência que exige o rompimento com as lógicas hierárquicas de saber, a

¹ Warao é uma etnia indígena venezuelana que recebe o mesmo nome que sua língua. Habitam uma área que compreende as regiões de Delta Amacuro, Monagas e Sucre, nas florestas e rios da Venezuela. Fonte: <https://povosindigenasrr.uerr.edu.br/povos-ind%C3%ADgenas-em-roraima/warao> acesso em 10/06/2025.

² Trudruá Dorrico pertence ao povo Makuxi. Doutora em Teoria da Literatura na PUC-RS, é escritora, artista, palestrante e pesquisadora de literatura indígena. Venceu em 1.º lugar o concurso Tamoios/FNLIJ/UKA de Novos Escritores Indígenas em 2019. Administradora do perfil @leiamulheresindigenas no Instagram. Curadora da I Mostra de Literatura Indígena no Museu do Índio (UFU). Autora da obra “Eu sou Macuxi e outras histórias” (Caos e Letras, 2019). Curadora do FeCCI – I Festival de Cinema Indígena, Brasília (2022). Foi residente no Cité Internationale des Arts, Paris (2023). Atualmente está no pós-doutorado do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Emergentes e em Consolidação PDPG – Pós-Doutorado Estratégico/UFRR (2023-2024). Fonte: <https://fliaraxa.com.br/convidado/trudrua-dorrico/> acesso em: 10/06/2025.

³ Wei Paasi em língua Makuxi. É poeta, professora, editora da Wei, primeira editora independente de Roraima especializada em autores indígenas. Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima (PPGL/UFRR). Doutora em Estudos literários pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Literatura da Universidade Federal Fluminense (POSLIT/UFF). Autora de “Weiyamî: mulheres que fazem sol” (2022), semifinalista do 65º Prêmio Jabuti na categoria Poesia. Fonte: <https://flipelo.com.br/convidados/sony-ferseck/> acesso em: 10/06/2025.

recusa do autoritarismo docente e a criação de espaços de escuta, afetividade e diálogo horizontal. Em consonância com essa perspectiva, a eletiva propôs-se a romper com as práticas transmissivas e monoculturais do ensino de literatura, instituindo a sala de aula como um território de convivência e insurgência das vozes marginalizadas.

Assim, o projeto alinhou-se a uma pedagogia do envolvimento e do reconhecimento, em que as experiências culturais dos estudantes – especialmente os pertencentes a povos originários e comunidades tradicionais – não fossem apagadas, mas valorizadas como parte do processo formativo e do exercício pleno da cidadania. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento Curricular de Roraima (DCRR) fornecem respaldo para a implementação de práticas pedagógicas que privilegiem a diversidade cultural, a valorização das identidades regionais e a promoção de uma educação antirracista e inclusiva. Ao propor a abordagem da literatura indígena de autoria feminina como eixo temático de uma disciplina eletiva, o projeto dialoga diretamente com as competências gerais previstas nesses documentos, como a valorização da diversidade cultural e o exercício da empatia, do respeito e da solidariedade.

É importante destacar que o projeto não se propôs apenas a incluir mulheres indígenas no ensino de literatura, mas a reconhecer seus escritos como portadores de epistemes próprias, muitas vezes em tensão com os parâmetros formais e eurocentrados da tradição letrada. A presença da oralidade, a circularidade narrativa, os mitos, a ancestralidade e a relação simbiótica com a natureza são marcas estruturais dessas produções e exigem do leitor um exercício de escuta e deslocamento. Nesse sentido, o projeto compreende o ensino da literatura não como uma prática neutra ou técnica, mas como uma arena de disputas simbólicas e políticas, na qual se joga o direito à palavra, à memória e à representação.

Por fim, cabe ressaltar que o presente artigo é fruto da apresentação dessa experiência no III Seminário Africanidades e Minorias Sociais, durante o VIII Congresso Norte-Nordeste da ABRAPLIP, realizado em novembro de 2024, na Universidade Federal de Roraima. A participação nesse evento acadêmico ampliou as possibilidades de diálogo sobre o ensino de literatura e as políticas de identidade, além de reforçar a importância de compartilhar práticas pedagógicas que emergem dos territórios e das margens, produzindo conhecimento a partir das vivências e do cotidiano escolar.

A seguir, serão apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentaram a eletiva, bem como uma descrição das etapas do projeto, das atividades realizadas e dos resultados observados no processo de aprendizagem dos estudantes. A intenção é contribuir com o campo das práticas pedagógicas críticas e oferecer subsídios para que outras experiências similares possam ser replicadas ou adaptadas em diferentes contextos educacionais da Amazônia e do Brasil.

1 Por uma escuta crítica e decolonial da literatura indígena

A proposta da eletiva **Vozes de mulheres indígenas na literatura: resistência, sol e retomada**

articulam-se com diferentes correntes teóricas que sustentam a importância de um ensino literário comprometido com a pluralidade de vozes, a justiça social e a descolonização dos currículos. Essa abordagem está ancorada, sobretudo, nos estudos da pedagogia crítica (hooks, 2013), da literatura indígena (Graúna, 2013; Potiguara, 2004) e nos marcos legais e curriculares que legitimam a inclusão das culturas indígenas e da contribuição das mulheres na formação sociocultural brasileira (Brasil, 2008; 2024).

Bell hooks, em **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade** (2013), defende que a sala de aula deve ser um espaço de libertação, ruptura e escuta das subjetividades silenciadas pela estrutura hegemônica do saber. Para a autora, ensinar é um ato político e, como tal, precisa reconhecer as experiências vividas dos estudantes como ponto de partida para o processo de aprendizagem, ela assinala que

Apesar de o multiculturalismo estar atualmente em foco em nossa sociedade, especialmente na educação, não há, nem de longe, discussões práticas suficientes acerca de como o contexto da sala de aula pode ser transformado de modo a fazer do aprendizado um experiência de inclusão. Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos e não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores – em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade –, temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar. (hooks, 2024, p. 45)

Nesse sentido, a eletiva buscou romper com o ensino tradicional da literatura, que privilegia autores e estéticas eurocentradas, para abrir espaço às vozes de mulheres indígenas, como Trudruá Dorrico e Sony Ferseck, cujas produções problematizam os moldes convencionais da narrativa ocidental, evidenciando oralidade, circularidade e ancestralidade.

Complementarmente, há os estudos de Graça Graúna (2013), que é poeta, professora e pesquisadora potiguara, reconhecida como uma das primeiras vozes da crítica indígena no Brasil. Sua produção intelectual é marcada pelo compromisso com a valorização das epistemologias originárias e com a denúncia dos processos históricos de apagamento dos povos indígenas. Em suas obras, articula sensibilidade poética e rigor teórico, destacando o papel da literatura como território de retomada e de afirmação cultural. Para Graúna, a literatura indígena convoca o leitor a um deslocamento de perspectiva, ao colocar em evidência epistemologias outras – muitas vezes ancoradas na relação com a terra, com os ancestrais e com a coletividade. Essa perspectiva foi essencial para orientar a escolha das obras e a abordagem crítica da eletiva. Ela ainda destaca que

a questão da especificidade da literatura indígena no Brasil implica um conjunto de vozes entre as quais o(a) autor(a) procura testemunhar a sua vivência e transmitir ‘de memória’ as histórias contadas pelos mais velhos, embora muitas vezes se veja diferente aos olhos do outro (Graúna, 2013, p. 23).

Esse apontamento de Graúna é fundamental para compreender a literatura indígena não apenas como expressão estética, mas como prática de memória e continuidade cultural, atravessada por tensões identitárias e pelo olhar do outro que frequentemente exotiza ou deslegitima essas narrativas. Ao reconhecer essa dimensão de testemunho e transmissão intergeracional, a eletiva buscou acolher o gesto literário como um ato de escuta ancestral e de reconfiguração do presente, em que o ato de contar torna-se também uma forma de existir e resistir. Assim, as vozes lidas e discutidas nas aulas não foram tratadas como objeto de estudo distanciado, mas como presenças vivas que exigem um posicionamento ético, afetivo e político por parte de quem lê.

Eliane Potiguara (2004), pioneira na escrita literária indígena feminina, também figura como referência importante, por sua produção autoral e por seu ativismo na luta pelos direitos dos povos indígenas e das mulheres. Pertencente ao povo Potiguara da Paraíba, Potiguara é escritora, educadora, poeta e ativista de destaque internacional, tendo atuado em fóruns nacionais e da ONU em defesa dos direitos dos povos originários. Foi a primeira mulher indígena brasileira a publicar um livro de poesia – **Metade cara, metade máscara** –, obra em que articula memórias coletivas, ancestralidade, espiritualidade e denúncia das violências coloniais. Na obra mencionada, Potiguara reflete sobre os conflitos identitários vividos pelas mulheres indígenas frente à cultura dominante, revelando, por meio da literatura, as violências históricas e a força da retomada cultural. Sua escrita mescla lírica e denúncia, convocando o leitor a um encontro ético e político com as múltiplas camadas da identidade indígena feminina. Essa dimensão de resistência poética e política foi fundamental para o desenvolvimento das atividades da eletiva, que privilegiaram uma escuta atenta às narrativas dessas mulheres.

Do ponto de vista institucional, o projeto se ancora na Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as etapas da educação básica, e na mais recente Lei nº 14.986/2024, que reforça a presença das mulheres na história do Brasil. Ambas as legislações apontam para a necessidade de um ensino que reconheça a diversidade étnica e de gênero como componente estruturante da formação dos sujeitos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Documento Curricular de Roraima (DCRR, 2018) também orientam a valorização das identidades regionais e das diferentes matrizes culturais brasileiras, propondo o desenvolvimento de competências como empatia, respeito à diversidade e pensamento crítico – todos elementos integrados às atividades da eletiva.

Por fim, é preciso destacar que o referencial do projeto considera a literatura indígena de autoria feminina não como suplemento ou exceção ao currículo, mas como um campo legítimo de produção de conhecimento. Nesse sentido, as obras lidas na eletiva foram abordadas por seu valor estético e por serem documentos vivos de resistência, memória e reinvenção dos territórios amazônicos a partir do olhar de suas mulheres.

2 Caminhos trilhados

A metodologia adotada na eletiva **Vozes de mulheres indígenas na literatura: resistência, sol e retomada** foi concebida a partir de uma perspectiva interseccional, que articula literatura, identidade, território e resistência. O planejamento partiu da escuta ativa dos estudantes e da realidade sociocultural da escola, localizada em uma região de fronteira, onde a presença de alunos indígenas e migrantes é significativa. Assim, optou-se por uma abordagem dialógica e experiencial, na qual os alunos não seriam apenas leitores de textos, mas sujeitos ativos na construção dos sentidos das obras.

As aulas foram desenvolvidas em encontros semanais de uma hora, ao longo do semestre letivo, envolvendo turmas da 2ª e 3ª séries do Ensino Médio. A proposta metodológica combinou rodas de leitura, análise literária com enfoque decolonial, produção de releituras poéticas e seminários temáticos. As obras escolhidas – **Weiyamaï: mulheres que fazem sol** (Ferseck, 2022), **Sou Macuxi e outras histórias** (Dorrigo, 2019) e **Tempo de retomada** (Dorrigo, 2023) – foram apresentadas aos alunos a partir da valorização de seus contextos de produção, trajetórias autorais e elementos culturais presentes nas narrativas.

Imagem 1: As obras escolhidas para serem lidas na eletiva.



Fonte: Arquivo da autora, 2024.

O primeiro momento da eletiva foi dedicado à aproximação dos estudantes com as autoras e com os conceitos-chave da proposta, como oralidade, retomada, ancestralidade, território e pertencimento. A partir daí, os encontros foram organizados em torno de núcleos temáticos que emergiam das obras, como Mulher e floresta, Luta e memória e Identidade e ancestralidade. Durante as aulas, além da leitura compartilhada e discussão dos textos, os estudantes realizaram registros nos cadernos, elaboraram cartazes temáticos e participaram de rodas de conversa com perguntas geradoras.

A culminância da disciplina se deu por meio da realização de uma Mostra Literária e de um Seminário interno, nos quais os alunos apresentaram releituras poéticas, performances e ensaios visuais inspirados nas obras trabalhadas. Essas produções foram orientadas por uma proposta de

reterritorialização da autoria: convidar os alunos a serem também narradores de suas próprias histórias, em diálogo com as vozes das autoras indígenas.

3 A vivência literária na escola e seus desdobramentos

O desenvolvimento da eletiva revelou-se uma experiência potente de reencantamento da leitura e de ressignificação do ensino de literatura. Ao trazer para o centro da sala de aula as narrativas de mulheres indígenas, o projeto provocou um deslocamento nos modos de leitura habituais dos estudantes, despertando sentidos antes silenciados pela linearidade dos manuais didáticos.

Esse processo encontra respaldo nos estudos de Rildo Cosson, pesquisador e professor que tem se dedicado à reflexão sobre o ensino de literatura no contexto da escola básica, especialmente no que se refere à formação do leitor. Em sua obra **Letramento literário: teoria e prática** (2006), Cosson propõe uma abordagem formativa da leitura literária, em que o texto não é visto como objeto de mera decodificação, mas como um espaço de construção de sentidos, subjetividades e pensamento crítico. Para o autor, o ensino de literatura deve ultrapassar a prática tradicional centrada na identificação de elementos formais ou na reprodução de interpretações autorizadas, assumindo a leitura como uma prática estética e social, capaz de ampliar a consciência do sujeito sobre si e sobre o mundo. Nesse sentido, ele destaca que

[...] ser leitor de literatura na escola é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentidos. Esse aprendizado crítico da leitura literária [...] não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda experiência estética (Cosson, 2006, p.120).

Esse entendimento da leitura literária como prática de posicionamento crítico e de elaboração subjetiva foi central na condução da eletiva **Vozes de mulheres indígenas na literatura: resistência, sol e retomada**. Ao promover o encontro pessoal dos estudantes com textos marcados por outras epistemologias, formas narrativas e experiências históricas, a proposta possibilitou o reconhecimento de novos repertórios culturais e a problematização de valores previamente naturalizados no ambiente escolar. O contato com a literatura indígena, nesse sentido, ampliou a capacidade dos alunos de escutar, questionar e reconstruir sentidos, colocando-os em movimento diante de uma obra que interpela tanto o sensível quanto o político. Assim, a leitura deixou de ser apenas um exercício interpretativo e tornou-se experiência ética e estética de deslocamento e pertencimento.

Além disso, as proposições do crítico literário Antonio Candido, um dos mais influentes intelectuais brasileiros no campo das humanidades, oferecem importante respaldo à compreensão

da literatura como prática formativa. Em seu ensaio clássico **O direito à literatura** (1995), Candido argumenta que

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Candido, 1995, p. 249)

Nesse sentido, a literatura cumpre uma função humanizadora, na medida em que promove o exercício da empatia e a compreensão do outro, mesmo quando distante de nossas experiências imediatas. Para o autor, o acesso à literatura não é um privilégio, mas um direito fundamental, pois é por meio dela que os sujeitos desenvolvem sua sensibilidade, ampliam seus horizontes e constroem vínculos simbólicos com a diversidade da condição humana. Ao integrar ao currículo as narrativas de autoras como Trudruá Dorrico e Sony Ferseck, a eletiva possibilitou esse encontro transformador, em que os estudantes puderam reconhecer-se e deslocar-se a partir de perspectivas historicamente silenciadas.

Durante os encontros, os alunos demonstraram surpresa e encantamento ao perceberem que era possível se ver representados nas histórias lidas. Muitos deles, filhos de famílias indígenas ou migrantes da região Norte, reconheceram no vocabulário, nos cenários e nas vivências narradas algo que lhes era familiar, mas até então ausente das aulas de literatura. Esse tipo de identificação afetiva e simbólica foi um dos maiores ganhos da proposta.

As releituras das poesias do livro **Mulheres que fazem sol**, de Sony Ferseck, ocuparam lugar de destaque na culminância da eletiva. Os estudantes criaram novos textos inspirados nos poemas, explorando temas como corpo, território e ancestralidade feminina. Outro momento marcante foi a leitura da obra **Sou Macuxi e outras histórias**, que levou os estudantes a refletirem sobre a pluralidade de pertencimentos que coexistem no território amazônico. Por meio das narrativas de Trudruá Dorrico, foi possível compreender que a literatura indígena não é homogênea e que há múltiplas vozes, estilos e linguagens que compõem esse campo.

4 Entre saberes e práticas: o diálogo necessário entre a escola e a universidade

O fortalecimento do diálogo entre a educação básica e a universidade tem se mostrado uma necessidade urgente no cenário educacional brasileiro. A separação histórica entre a formação acadêmica e a realidade escolar tem contribuído para o distanciamento entre teoria e prática, dificultando tanto a atuação crítica dos professores quanto a produção de conhecimento situada nas experiências vividas cotidianamente nas escolas. A participação de docentes da educação básica em eventos acadêmicos, como simpósios, congressos e seminários, constitui um gesto político e

pedagógico que traz à tona essas fronteiras e propõe outras formas de articulação entre saberes.

Ao levar para os espaços universitários as vivências concretas da sala de aula, os professores da educação básica contribuem com uma perspectiva essencialmente situada, que confronta os modelos universalizantes e abstratos de formação docente. Esses encontros produzem deslocamentos potentes: por um lado, a universidade é interpelada pela urgência e complexidade da prática; por outro, os professores ampliam seus repertórios teóricos e fortalecem suas vozes como sujeitos produtores de conhecimento. Trata-se, portanto, de reconhecer a potência da escola como lugar de pesquisa e de transformação, onde os saberes construídos coletivamente precisam ser escutados, documentados e valorizados.

A presença da escola nos eventos acadêmicos amplia as possibilidades de circulação de práticas pedagógicas inovadoras, especialmente aquelas que nascem do enfrentamento das desigualdades e da escuta atenta às populações historicamente marginalizadas. A partir da participação na ABRAPLIP, por exemplo, foi possível compartilhar uma experiência construída na escola pública com literatura indígena e vozes femininas amazônidas – uma prática que dificilmente teria visibilidade se restrita aos muros escolares. Ao ocupar esse espaço, a escola pública se insere nos debates teóricos e os reconfigura, introduzindo outras epistemologias e formas de ensinar e aprender.

Para que esse diálogo seja efetivo e contínuo, é necessário que as políticas públicas de formação docente reconheçam e incentivem esses cruzamentos. A universidade, por sua vez, precisa assumir a escuta como princípio epistemológico e ético, criando canais permanentes de interlocução com os professores da rede básica. Seminários de integração, grupos de pesquisa com participação de educadores da escola pública e editais voltados à valorização de práticas escolares são caminhos possíveis. O investimento nessas ações não apenas enriquece a formação docente, como também contribui para a construção de uma educação mais justa, situada e plural.

Em última instância, o diálogo entre escola e universidade é uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que a prática desafia a teoria, a teoria ilumina e potencializa a prática. Ao reconhecer essa reciprocidade, caminhamos para uma ecologia de saberes que rompe com a hierarquização do conhecimento e valoriza a diversidade de experiências formativas. Mais do que integrar a educação básica à universidade, é preciso reconfigurar as relações entre esses espaços, de modo que ambos possam se transformar mutuamente em benefício de uma educação emancipadora e comprometida com a realidade brasileira.

Retomadas e reflexões

A experiência vivenciada na eletiva **Vozes de mulheres indígenas na literatura: resistência, sol e retomada** reafirma o poder transformador da palavra quando esta é compartilhada com escuta, respeito e abertura para outras epistemologias. A escola, muitas vezes limitada por currículos rígidos e práticas pedagógicas padronizadas, pode se tornar um território de retomada – não

apenas para os estudantes, mas também para os professores que decidem caminhar por trilhas menos percorridas, abrindo espaço para vozes silenciadas pela história.

Mais do que inserir conteúdos emergentes em uma estrutura preexistente, o projeto propôs uma ruptura simbólica com os modos hegemônicos de ensinar literatura, convocando os sujeitos escolares a reconhecerem-se como parte de uma teia narrativa mais ampla, ancestral e de múltiplas vozes. Ao colocar em diálogo a literatura indígena feminina e as vivências dos estudantes amazônidas, a eletiva não apenas promoveu a valorização de saberes tradicionalmente marginalizados, mas também instaurou novas possibilidades de pertencimento e criação coletiva de sentido.

A escuta das vozes de Trudruá Dorrico e Sony Ferseck permitiu iluminar territórios antes invisibilizados no contexto escolar. A resposta dos estudantes, materializada em releituras poéticas, intervenções visuais e falas carregadas de emoção, demonstra que a literatura, quando atravessa o corpo e o território, transforma-se em experiência viva e formadora. Nesse sentido, a retomada a que o título da eletiva alude não se restringe à resistência dos povos originários, mas ecoa também como um gesto pedagógico: retomar a escola como espaço de construção de outros futuros possíveis.

Importa destacar ainda o valor simbólico e prático da escuta que a academia tem dedicado às vozes da educação básica. A oportunidade de apresentar esta experiência no âmbito do III Seminário Africanidades e Minorias Sociais da ABRAPLIP foi não apenas um espaço de visibilidade, mas de reconhecimento da potência pedagógica que emerge das salas de aula públicas, sobretudo na Amazônia. Quando a universidade se abre para escutar os professores da educação básica – em seus desafios concretos, em suas invenções metodológicas, em suas resistências cotidianas – estabelece-se um diálogo horizontal que enriquece ambos os espaços.

A escuta acadêmica das práticas escolares comprometidas com a diversidade e com a justiça social contribui para uma reconstrução mais coerente dos currículos, das políticas públicas e da própria função social do conhecimento. Nesse sentido, o presente artigo é também um gesto de devolutiva e de continuidade: leva à universidade o que floresce na escola e devolve à escola o que ganha força ao ser compartilhado, discutido e sistematizado em espaços formadores.

Essa experiência, ainda que situada e específica, pode inspirar práticas similares em outras realidades escolares que também busquem construir uma educação literária comprometida com a pluralidade, a justiça e a sensibilidade crítica. Em tempos de apagamentos sistemáticos e ataques às múltiplas vozes que compõem o tecido social brasileiro, fazer da escola um lugar onde as mulheres amazônidas falam e são ouvidas é um ato radical de resistência. Que suas palavras sigam florescendo – como sol em terra fértil.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEF, 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024.** Institui o ensino da história e das contribuições das mulheres no Brasil.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura.** In: Vários Escritos. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2006.

DORRICO, Trudruá. **Sou Macuxi e outras histórias.** Ilustrações de Gustavo Caboco. Nova Lima: Caos & Letras, 2019.

DORRICO, Trudruá. **Tempo de Retomada.** São Paulo: Editora Urutau, 2023.

FERSECK, Sony. **Weiyama:** mulheres que fazem sol. Ilustrações de Georgina Sarmento. Boa Vista: Wei Editora, 2022.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2024.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** São Paulo: Global Editora, 2004.

RORAIMA. **Documento Curricular de Roraima (DCRR).** Boa Vista: SEED, 2018.